



Plenário do Congresso Nacional

Quarta-feira (26), às 12:00 horas, Sessão Conjunta do Congresso

Sessão Conjunta

Destinada à deliberação dos Vetos nºs 46 e 67, de 2021; 30, 33, 34, 39, 43, 53, 54, 56 a 65, de 2022; e 1 a 7 de 2023; e dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 1, 2, 3 e 5, de 2023.

Renegociação de dívidas do Fies

[Veto 33/2022](#) - Poder Executivo - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2022 (oriundo da MPV nº 1.090/2021), que "Altera as Leis nºs 10.260, de 12 de julho de 2001, 10.522, de 19 de julho de 2002, e 12.087, de 11 de novembro de 2009, para estabelecer os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para estabelecer a possibilidade de avaliação 'in loco' na modalidade virtual das instituições de ensino superior e de seus cursos de graduação, a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, para aperfeiçoar os mecanismos de transação de dívidas, e a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.530, de 7 de dezembro de 2017, 13.682, de 19 de junho de 2018, 13.874, de 20 de setembro de 2019, e 14.024, de 9 de julho de 2020".

Metodologias alternativas nas escolas do campo

[Veto 34/2023](#) - Poder Executivo - Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2017 (nº 6.498/2016, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que 'estabelece as diretrizes e bases da educação nacional', para possibilitar o uso da pedagogia da alternância nas escolas do campo".

Reembolso de eventos cancelados na pandemia

[Veto 39/2022](#) - Poder Executivo - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2022 (oriundo da MPV nº 1.101/2022), que "Altera a Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, para dispor sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura; revoga dispositivos da Lei nº 14.186, de 15 de julho de 2021; e dá outras providências".

Alteração na LDO de 2022

[Veto 63/2022](#) - Poder Executivo - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 39, de 2022, que "Altera a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022".

Política Nacional de Educação Digital

[Veto 3/2023](#) - Poder Executivo - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 4.513, de 2020, que "Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003".

LOA 2023

[Veto 5/2023](#) - Poder Executivo - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2022, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023".

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

[PLN 1/2023](#) - Poder Executivo - Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 4.182.427.220,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Relatora: deputada Dilvanda Faro (PT-PA)

[Parecer](#): pela aprovação do Projeto.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

Terça-feira (25), às 14:30 horas, Plenário 02.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

[PLN 1/2023](#) - Poder Executivo - Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 4.182.427.220,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Relatora: deputada Dilvanda Faro (PT-PA)

[Parecer](#): pela aprovação do Projeto.

AGENDA DA SEMANA

Câmara dos Deputados



Plenário da Câmara dos Deputados

Terça-feira (25), às 14:00 horas, Sessão Deliberativa

Ainda não tem pauta divulgada.

Comissões Permanentes

Comissão de Administração e Serviço Público (CASP)

Terça-feira (25), às 13:00 horas, Anexo II, Plenário 08

A – Eleição

Eleição para o cargo de 1º Vice-Presidente

B - Assuntos Internos

Acordo de Procedimentos para o ano de 2023

C- Requerimentos

[REQ 15/2023](#) - deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS) - Requer a realização de **audiência pública** para discutir os impactos da **implementação do Novo Ensino Médio** na educação pública do estado do **Rio Grande do Sul**.

Comissão de Cultura (CCULT)

Terça-feira (26), às 13:30 horas, Anexo II, Plenário 10

Requerimentos:

[REQ 16/2023](#) - deputado Tarcísio Motta (PSOL-RJ) e outros - Requer a realização de **audiência pública** para discutir o **combate à violência contra as escolas e na sociedade**, incentivada pelo consumo de material, principalmente em plataformas de jogos online, que estimule comportamentos violentos com base em mensagens de ódio, articulação criminoso para incitação a ataques, desinformação, preconceito de classe, gênero e raça.

Comissão de Educação (CE)

Quarta-feira (26), às 09:30 horas, Anexo II, Plenário 10

Requerimentos

[REQ 1/2023](#) - deputado Rogério Correia (PT-MG) - Requer criação de **Subcomissão Especial** temporária para debater balanço da implementação e impactos da Lei nº 13.415/2017, do “**Novo Ensino Médio**”, e apontar elementos para reestruturação da política nacional de Ensino Médio no Brasil.

[REQ 13/2023](#) - deputado Fernando Mineiro (PT-RN) - Requer criação de **Subcomissão Especial** para, debater e avaliar o **Novo Ensino Médio no Brasil**, seus desafios e perspectivas.

[REQ 15/2023](#) - deputado Zeca Dirceu (PT-PR) - Requer criação de **Subcomissão Especial** para, debater e avaliar o **Novo Ensino Médio no Brasil**.

[REQ 17/2023](#) - deputado Pedro Uczai (PT-SC) - Requer criação de **Subcomissão Especial**, na Comissão de Educação, para discutir o **Ensino Médio no Brasil**.

[REQ 22/2023](#) - deputada Socorro Neri (PP-AC) - Requer a criação de **grupo de trabalho** para discutir o novo **ensino médio do país**.

[REQ 23/2023](#) - deputado Ricardo Ayres s (REPUBLIC-TO) - Requer a constituição de **Subcomissão Especial** para acompanhar, monitorar e propor medidas que contribuam para a **qualidade da Educação Superior, Educação Técnica e Tecnológica no âmbito da Comissão de Educação**.

[REQ 24/2023](#) - deputada Soraya Santos (PL-RJ) - Requer a criação de **Subcomissão Especial** temporária para debater sobre a **proporcionalidade e capacitação dos profissionais de apoio às pessoas com deficiência em instituições de ensino**.

[REQ 43/2023](#) - deputado. Pedro Uczai (PT-SC) - Requer a criação de **Subcomissão Especial** para acompanhar, avaliar e debater **o Plano Nacional de Educação (PNE)**.

[REQ 46/2023](#) - deputado Tenente Coronel Zucco (REPUBLIC-RS) - Requer a criação de **Subcomissão Especial das Escolas Cívico-Militares**.

[REQ 47/2023](#) - deputado Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO) - Requer a criação de **Grupo de Trabalho** para estudo sobre o **aumento e monitoramento de ocorrências de violência escolar** e acompanhamento psicossocial e emocional dos discentes e docentes.

[REQ 48/2023](#) - deputado Gustavo Gayer (PL-GO) e outros - Requer a criação da **Subcomissão Permanente sobre a doutrinação nas escolas**.

[REQ 52/2023](#) - deputada Lêda Borges (PSDB-GO) - Requer que seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma **Subcomissão Especial** de acompanhamento da implementação do **Novo Ensino Médio no País**.

[REQ 55/2023](#) - deputada Professora Luciene Cavalcante (SOL-SP) e outros - Requer a criação de **Subcomissão Especial**, no âmbito desta Comissão de Educação, para acompanhar e fiscalizar a plena implementação do **Piso Nacional do Magistério** em todas as esferas federativas.

[REQ 57/2023](#) - deputado Rafael Brito (MDB-AL) - Requer a criação de **Subcomissão Especial** para avaliar os problemas do **Novo Ensino Médio** e propor soluções.

[REQ 58/2023](#) - deputado Idilvan Alencar (PDT-CE) - Requer a criação de **Subcomissão Especial**, na Comissão de Educação, para debater e propor **políticas de saúde mental de estudantes e profissionais da educação no âmbito escolar**.

[REQ 60/2023](#) - deputada Professora Goreth (PDT-AP) - Requer a criação, no âmbito da Comissão de Educação (CE), de uma **Subcomissão Permanente de Recomposição das Aprendizagens**, para avaliar e acompanhar as iniciativas do Poder Público quanto a Recomposição das Aprendizagens no Pós-Pandemia nas redes públicas de ensino.

[REQ 61/2023](#) - deputado Gustavo Gayer (PL-GO) e outros - Requer a criação da **Subcomissão Especial** sobre a **doutrinação nas escolas**.

[REQ 62/2023](#) - deputada Socorro Neri (PP-AC) - Requer que seja criada **Subcomissão Especial** para debater o **fenômeno da violência na escola**, ouvindo autoridades da área e especialistas, com vistas a propor políticas que promovam a segurança dos estudantes e profissionais da educação no ambiente escolar.

[REQ 63/2023](#) - deputada Dandara (PT-MG) - Requer a criação de **Subcomissão Especial**, no âmbito da Comissão de Educação, para avaliar e acompanhar as **políticas de ações afirmativas**.

[REQ 64/2023](#) - deputado Ricardo Ayres (REPUBLIC-TO) - Requer o envio de **Indicação ao Poder Executivo**, relativa à instituição de programa de educação integral, em nível federal, nos moldes do Programa Mais PAIC implementado no Estado do Ceará.

[REQ 68/2023](#) - deputada Professora Goreth (PDT-AP) - Requer a criação, no âmbito da Comissão de Educação (CE), de uma **Subcomissão Permanente de Recomposição das Aprendizagens**, para avaliar, acompanhar as iniciativas do Poder Público quanto a Recomposição das Aprendizagens no Pós-Pandemia nas redes públicas de ensino e propor soluções.

[REQ 70/2023](#) - deputado Tarcísio Motta (PSOL-RJ) - Requer a criação, no âmbito desta Comissão de Educação, de **Subcomissão Permanente** para debater, acompanhar e propor sugestões para a **promoção da educação especial e inclusiva**.

Susta Política Nacional de Alfabetização

[PDL 123/2019](#) - deputado Ivan Valente (PSOL-SP) e outros - Susta os efeitos do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que Institui a Política Nacional de Alfabetização.

Relator: deputado Diego Garcia (REPUBLIC-PR)

[Parecer:](#) pela rejeição.

Anula decreto que criou programa de escolas cívico-militares

[PDL 643/2019](#) - deputado Ivan Valente (PSOL-SP) e outros - Susta os efeitos do Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que "Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares".

Relator: deputado Diego Garcia (REPUBLIC-PR)

[Parecer:](#) pela rejeição deste, e do PDL 649/2019, apensado.

Inclui a Educação Política e Direitos do Cidadão como componente obrigatório dos currículos do ensino fundamental e do ensino médio

[PL 1108/2015](#) - deputada Renata Abreu (PODE-SP) - Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Educação Política e Direitos do Cidadão como componente obrigatório dos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

Relator: deputado Diego Garcia (REPUBLIC-PR)

[Parecer:](#) pela rejeição deste, e do PL 2045/2015, apensado.

Torna obrigatória caderneta de vacinação para matrícula na rede pública

[PL 3530/2019](#) - ex-deputado Fábio Faria (PSD-RN) - Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da caderneta de vacinação ou equivalente nos casos em que especifica.

Relator: deputado Diego Garcia (REPUBLIC-PR)

[Parecer:](#) pela rejeição deste, do PL 489/2020, do PL 3156/2020 e do PL 4443/2020, apensados.

Cria atividade nas escolas sobre a aplicação do conhecimento nas diferentes profissões

[PL 2746/2022](#) - deputado Kim Kataguirí (UNIÃO-SP) - Institui projeto educativo que visa levar profissionais de áreas diversas às escolas públicas de ensino básico para demonstrar aos discentes, as aplicações dos conhecimentos da Base Nacional Comum Curricular.

Relatora: deputada Adriana Ventura (NOVO-SP)

[Parecer:](#) pela aprovação.

Comissão de Educação (CE)

Quinta-feira (27), às 09:00 horas, Anexo II, Plenário 10

Audiência Pública

Tema: *Violência nas escolas*

Convidados:

1. **Zara Figueiredo** - Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - MEC
2. **Heleno Araújo** - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
3. **Andressa Pellanda** - Coordenadora Geral da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação
4. **Anapaula da Silva Moreira Mancini Carreira** - Vice-Presidente da Associação de Pais e Alunos das Instituições de Ensino do DF (ASPA - DF)
5. **Daniel Cara** - Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, um dos coordenadores do GT de Educação do Gabinete de Transição Governamental, em 2022
6. **Juliana Meato** - Consultora em Educação, pós-graduada em Ensino de História pelo Colégio Pedro II (CPII)
7. **Letícia Oliveira** - Especialista em monitoramento online de agrupamentos de extrema-direita
8. **Rodolfo Barreto Canônico** - Diretor Executivo da Family Talks

Comissão de Prev., Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)

Quarta-feira (26), às 14:00 horas, Anexo II, Plenário 07

Permite o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença grave

[PL 2541/2015](#) – ex-senador Pedro Taques (PDT-MT) - Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença grave.

Relator: deputado Fernando Rodolfo (PL-PE)

Parecer: pela aprovação do PL 2541/2015 e do PL 5356/2013, do PL 6964/2013, do PL 4583/2016, do PL 4994/2016, do PL 6768/2016, do PL 647/2020, do PL 5996/2013, do PL 6367/2013, do PL 7172/2014, do PL 7628/2014, do PL 994/2015, do PL 2473/2015, do PL 7020/2017, do PL 1718/2015, do PL 10364/2018, do PL 11100/2018, do PL 2133/2019, do PL 615/2020, do PL 774/2022, do PL 6653/2016, do PL 1147/2020, do PL 1403/2020, do PL 1530/2020, do PL 1878/2020, do PL 2745/2020, do PL 2865/2020, e do PL 4193/2020, apensados, com SUBSTITUTIVO e pela rejeição do PL 7340/2014, do PL 5402/2016, do PL 1864/2015, e do PL 7472/2010, apensados.

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)

Terça-feira (25), às 13:00 horas, Anexo II, Plenário 06

Requerimento

[REQ 73/2023](#) – deputado Thiago Flores (MDB-RO) - Requer a criação de **Grupo de Trabalho** para apuração, estudo e discussão sobre os recorrentes **ataques às creches e escolas no Brasil**.



Comissões Permanentes

Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

Quarta-feira (26), às 09:00 horas, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

Fixação de painéis de campanhas antidrogas nas entradas e saídas das escolas públicas

[PL 2807/2022](#) - ex-senador Guaracy Silveira (PP-TO) - Dispõe sobre a fixação de painéis de campanhas antidrogas nas entradas e saídas das escolas públicas.

Relatora: senadora Damares Alves (REPUBLIC-DF)

Parecer: favorável ao projeto.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Quarta-feira (26), às 10:00 horas, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 03

Instituições Comunitárias de Educação Básica

[PL 5884/2019](#) - senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) - Dispõe sobre as Instituições Comunitárias de Educação Básica.

Relator: senador Plínio Valério (PSDB-AM)

Parecer: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

Quarta-feira (26), após a 17ª reunião, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

Revoga a possibilidade de extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador

[PLS 271/2017](#) - senador Paulo Paim (PT-RS) - Revoga o art. 484-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para extirpar do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador.

Relatora: senadora Eliziane Gama (PSD-MA)

Parecer: pela aprovação.

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para estabelecer que parcelas não fruídas do intervalo intrajornada serão remuneradas com acréscimo mínimo de 50% do valor da hora normal de trabalho

[PLS 282/2017](#) - senador Paulo Paim (PT-RS) - Dá nova redação ao § 4º do art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para determinar que a ausência, ainda que parcial,

de fruição do intervalo intrajornada enseja o pagamento integral do período suprimido, com acréscimo de cinquenta por cento e natureza salarial.

Relator: senador Flávio Arns (PSB-PR)

Parecer: pela aprovação.

Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

Terça-feira (25), às 10:00 horas, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

Audiência Pública

Finalidade: *Apresentação dos planos e da agenda estratégica do Ministério da Educação para os próximos anos (REQ 8/2023-CE) e prestação de informações sobre a Portaria MEC nº 627, publicada no dia 05 de abril, suspendendo os prazos de que tratam os artigos 4º, 5º, 6º e 7º da Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021, que institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio (REQ 30/2023-CE).*

Convidados:

1. **Camilo Santana** - Ministro de Estado da Educação.